

Comuna de Paris: mulheres parindo um mundo novo

Andrea D'Atri*

Resumo:

Neste artigo, a autora examina a participação das mulheres durante a Comuna de Paris. Quem eram elas? Que papel desempenhou a anarquista revolucionária Louise Michel? Qual a participação da socialista Elizabeth Dimitrieff, enviada pela Associação Internacional dos Trabalhadores? Qual o significado da Comuna para a luta das mulheres por seus direitos?

Para além de uma reivindicação feminina, as mulheres da Comuna levantaram barricadas contra a burguesia, fazendo emergir o caráter de classe de suas lutas.

Palavras-chave: Comuna de Paris. Mulheres trabalhadoras. Revolução.

Um novo “ator social”: a mulher trabalhadora

Desde meados do século XVIII, expandiu-se na Europa o modo de trabalho por peça, realizado, sobretudo, pelas mulheres em suas próprias casas, e desenvolveu-se rapidamente a indústria têxtil o que, ao mesmo tempo, fez avançar a tendência à proletarização das mulheres. Esta tendência transformou a “mulher trabalhadora” em personagem problemática, que desafiava a ideia de feminidade da ideologia patriarcal dominante e representava um dilema entre o “dever ser” de sua feminidade e o trabalho assalariado.

Emergia, com a figura da “mulher trabalhadora”, uma oposição antagônica entre a casa e a fábrica, a maternidade e a produtividade, os valores tradicionais e a modernidade imposta pelo capital. Esta figura dá origem a um intenso debate entre aqueles que defendiam seu direito à inclusão na produção social e as pessoas que rejeitaram essa participação com justificativas baseadas em posições tanto libertárias como profundamente sexistas.

Diferentemente dos socialistas utópicos, que idealizavam um sistema perfeito para implantá-lo por meio da propaganda e de experimentos sociais que

* Dirigente do Movimento Latino-americano de Mulheres Pan y Rosas – Sede Buenos Aires. Dentre muitos trabalhos lançados no Brasil, encontram-se: Pão e Rosas - identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo (2008) e Lutadoras - histórias de mulheres que fizeram história, (2009), ambos publicados pelas Edições ISKRA, São Paulo. End. eletrônico:andreadatri@gamil.com

serviriam de modelo da nova ordem, Marx e Engels analisaram a engrenagem que permite o funcionamento do sistema capitalista, com vistas a encontrar a chave que possibilite fazê-lo saltar pelos ares.

Em seu comunismo libertário, podemos encontrar duas grandes orientações: uma análise da família burguesa, que começa com uma descrição não isenta de ironia no *Manifesto Comunista* e se prolonga num estudo científico de sua origem e evolução, ligando a dominação das mulheres ao surgimento da monogamia, com o conhecido livreto de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*; uma descrição pormenorizada dos males a que estão submetidas as mulheres trabalhadoras sob o chicote da exploração capitalista, que pode tanto ser encontrada desde cedo na obra de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, como na análise científica do papel da força de trabalho feminina – o *cheap labour*¹ – na exploração da mais valia, na magistral obra de Marx, *O Capital*.

Além de considerarem que a existência da família é inevitável pelo seu entroncamento com o sistema de produção, advertiram que a grande indústria, ao empurrar a criança e a mulher para a fábrica, destrói o regime familiar tradicional, transformando radicalmente as relações entre pais e filhos e entre cônjuges. À diferença dos socialistas utópicos, Marx e Engels consideravam que a família não podia destruir-se pela ação propagandística dos comunistas, nem substituir-se voluntariamente por outra forma de relação, enquanto não fosse destruída a sociedade dividida em classes na qual se origina. Sem dúvida, isto não impediu que fizessem uma profunda crítica ideológica da família e dos valores que a burguesia impõe às classes exploradas e oprimidas por meio desta instituição baseada no direito do pai sobre a prole e na monogamia imposta à mulher, sem questionar o adultério do patriarca.

Entenderam que se opor à entrada das mulheres à produção social, invocando os males que acarretam à sua existência é utópico: o desenvolvimento industrial arrasa todos os costumes e valores existentes; as mulheres e as crianças são inseridas à produção, mal que pesa sobre os moralistas conservadores e os socialistas pequeno-burgueses. Por isso, diante da inevitável incorporação das mulheres na força de trabalho explorada pelo capital, reivindicaram sua participação nas organizações operárias, sua inserção às camadas proletárias para que não fossem apenas carne e osso para a exploração, mas também sujeitos conscientes na luta por sua libertação.

Apesar da oposição dos anarquistas, defenderam a organização da Seção Feminina da Associação Internacional dos Trabalhadores, liderada por Elizabeth Dimitrieff, que depois foi enviada como representante à Comuna de Paris,

¹ Trabalho barato.

expressando a solidariedade do movimento operário.

Marx e Engels impulsionaram a organização das mulheres operárias junto a seus irmãos de classe para romper com o isolamento do lar e, desse modo, com o atraso que as conservava na ignorância e no desdém pela política e pela luta proletária. Como assinalava Engels,

O caráter particular do domínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, só se manifestarão com toda a nitidez quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Só assim se poderá ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a incorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família enquanto unidade econômica da sociedade (Engels, 1989).

Proposta exatamente contrária à do anarquista Proudhon², também da Primeira Internacional, que expressou seus preconceitos mesquinhos quando considerou

fatal e estúpido todos os nossos sonhos sobre a emancipação das mulheres, e [recusou] qualquer tipo de direito e iniciativa políticos, [afirmando que] para as mulheres, a liberdade e o bem-estar consiste apenas no casamento, na maternidade, no trabalho doméstico, na fidelidade ao marido, na castidade e na aposentadoria (Proudhon, 1995).

Proudhon também argumentou que as mulheres tinham apenas dois destinos possíveis: o de dona de casa ou o de prostituta. E, portanto, se opôs à incorporação das mulheres na produção. Quando a costureira francesa Jeanne Deroïn³ foi indicada como candidata nas eleições de 1849, Proudhon a declarou inapta argumentando que os órgãos que as mulheres possuem para alimentar os bebês, não as tornavam adequadas à votação. Jeanne Deroïn respondeu pedindo-lhe que mostrasse o órgão masculino que o tornava apto a votar.

² Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), filósofo e político francês, um dos pais do pensamento anarquista mutualista. Em 1848, foi eleito deputado da Assembleia Nacional, ao proclamar-se a IIª República.

³ Jeanne-François Deroïn (1805-1894) foi uma ativista socialista das fileiras sansimonianas, logo se uniu à escola do socialista Fourier e, por fim, participou ativamente na revolução de 1848. Foi fundadora de dois periódicos feministas socialistas: *La Voix des Femmes* e *L'Opinion des Femmes*. Em 1849, organizou uma confederação sindical, baseada na defesa do direito ao trabalho e ao consumo, junto com os direitos das mulheres trabalhadoras. Foi perseguida e encarcerada por causa de sua atividade política e, em 1851, quando saiu do cárcere, fundou uma escola para crianças operárias. Mais tarde, teve de se exilar na Inglaterra.

Como podemos deduzir, as ideias marxistas não foram aceitas rapidamente. Em 1866, inspirado fundamentalmente no pensamento de Proudhon e Lasalle, um documento da seção alemã da Iª Internacional assinalava:

O trabalho legítimo das mulheres e das mães se encontra no lar e na família, cuidando e ocupando-se da primeira educação dos filhos; o que, desde já, exige que mulheres e crianças recebam a educação necessária. Em comparação com os deveres solenes do homem e do pai na vida pública, a mulher e a mãe deveriam defender a doçura e a poesia da vida doméstica, levar graça e beleza às “relações sociais”, e ter uma influência enobrecedora na capacidade crescente da humanidade de gozar da vida⁴.

As posições marxistas sobre a necessidade de organizar as mulheres trabalhadoras alcançaram a maioria somente a partir de 1889.

Genealogia de lutadoras

Na época da Comuna, na França, as mulheres já tinham uma longa tradição de participação em lutas revolucionárias. Em 1789, durante a grande Revolução Francesa, as mulheres da burguesia haviam assumido reivindicações políticas e de direitos civis, enquanto as mulheres em bairros pobres desempenhavam um papel importante nas manifestações contra a carestia e a fome. Em 5 de outubro de 1789, as mulheres de *Les Halles* e *Saint Antoine*, dois bairros populosos de Paris, exigiram pão do município e marcharam até Versalhes, onde estavam os reis, convertendo esta marcha em um dos motores das mobilizações revolucionárias que desembocaram nos acontecimentos históricos conhecidos pelo nome de Revolução Francesa. Como em outros processos históricos, a grande Revolução Francesa, que envolveu todas as classes, todos os setores sociais em sua luta contra o absolutismo, começou com uma revolta encabeçada por mulheres dos bairros operários de Paris.

Estas mulheres voltam a ser protagonistas das mobilizações populares em janeiro de 1792, rebelando-se contra a escassez e carestia do açúcar. Um ano mais tarde, em 1793, uma revolta iniciada pelas lavadeiras retoma as agitações populares contra agiotas e especuladores. Durante todos estes anos, permaneciam excluídas de qualquer tipo de participação na luta armada. As mulheres da burguesia e outras mulheres dos setores populares urbanos desenvolveram sua militância contra as forças contra-revolucionárias em clubes femininos que, a exemplo das sociedades fraternas masculinas, atacavam duramente o clero e a

4 Citado em Thonessen (1973).

nobreza, alguns chegando inclusive a jurar – como é o caso da associação das jovens de Nantes – que jamais se casariam com aristocratas.

Porém, após as primeiras tentativas de organização das mulheres nos clubes patrióticos e revolucionários, o império de Napoleão limitou o movimento, reprimindo toda manifestação pública e fechando os clubes. Seu Código Civil de 1804, um dos instrumentos burgueses mais restritivos para o *status* social das mulheres, as despojavam de qualquer direito, submetendo-as inteiramente ao pai ou marido. Não reconhecia as uniões consensuais e os filhos nascidos de tais relações eram considerados bastardos. As mulheres estavam privadas do direito de voto e as trabalhadoras sofriam ainda mais com a exploração e com as condições miseráveis de vida. O código estabelecia que as mulheres eram propriedade do marido e seu papel social era unicamente o de ser mãe.

Podemos observar que na Revolução Francesa a questão da mulher se converteu, pela primeira vez, em questão política. O feminismo surgiu, poderosamente, como um movimento político que reclamava a igualdade de direitos para as mulheres. Nesta luta, as mulheres que se autodenominaram “o Terceiro Estado”, brigaram por sua inclusão na cidadania nascente.

Encabeçado pelas mulheres da burguesia e das camadas médias educadas, e respaldado por amplos setores de mulheres do povo que defendiam ardentemente a revolução, este movimento expressava a contradição flagrante à que estava conduzindo o desenvolvimento do capitalismo: por um lado, a educação e o nível cultural das mulheres burguesas e, por outro, a participação crescente das mulheres dos setores populares na produção não correspondiam à discriminação social e legal de que eram objeto tanto umas como outras. Juntas, em clubes revolucionários, petições e mobilizações lutaram por pão, trabalho e direitos civis.

Foram estas primeiras revoltas contra a fome e a participação em lutas revolucionárias que permitiram às mulheres dos setores populares a experiência da ação social e política coletiva, quebrando o isolamento da casa. Junto com a crítica ilustrada de um setor das mulheres burguesas e instruídas, e face a uma política masculina e burguesa que excluía dos direitos civis as próprias mulheres da classe dominante, estas experiências não ocorreram em vão, como será demonstrado durante o século XIX.

Anos mais tarde, durante a Primavera dos Povos em 1848, se destaca a presença de trabalhadoras, de inspiração socialista e comunista, que reivindicavam a igualdade para as mulheres associada à emancipação de classe, à superação da ordem existente.

Todavia, essa experiência na luta de classes na França foi um caldo revolucionário para as mulheres que, em 1871, viram na Comuna a possibilidade de conquistar uma república social com igualdade de direitos.

Batalhões femininos, mulheres nas barricadas

Em 1870, o imperador Napoleão III tinha arrastado o país para uma guerra contra o poderoso exército da Prússia. Quando a notícia da derrota da França chegou a Paris, o imperador abdicou e uma república foi fundada, com a criação de um governo de defesa nacional, enquanto a Prússia iniciou o cerco da capital francesa. Milhares de parisienses formavam as milícias da Guarda Nacional e alguns batalhões, compostos principalmente por trabalhadores, elegiam seus próprios funcionários. Quando em março de 1871, a Assembleia Nacional aprovou uma paz humilhante, a Guarda Nacional não aceitou o desarmamento.

Em 18 de março de 1871, as mulheres foram as primeiras a dar o alarme de que as tropas do governo tentavam retirar as armas das colinas de Montmartre e desarmar Paris. Postaram-se diante das tropas e impediram que as armas fossem retiradas, chamando o proletariado e a Guarda Nacional para defender a cidade. Assim, começou há 140 anos, o gesto heróico do proletariado parisiense: a Comuna de Paris. A comunarda Louise Michel relatou:

Eu desci do monte, com a minha espingarda sob o casaco, gritando: Traição! Nós pensávamos morrer pela liberdade. Nos sentíamos como se nossos pés não tocassem o chão. Se morrêssemos, Paris haveria se erguido. De repente, vi minha mãe perto de mim e senti uma terrível ansiedade, inquieta, tinha chegado, e todas as mulheres estavam lá. Interpondo-se entre nós e os militares, as mulheres lançaram-se sobre os canhões e metralhadoras, os soldados permaneceram imóveis. A revolução estava feita (Michel, 1973).

A Assembleia Nacional, antes da rebelião de seu próprio exército e do povo de Paris, mudou-se para Versalhes a fim de submeter, de lá, a capital rebelde. A rebelião do povo de Paris estabeleceu um governo revolucionário comunal, em seguida, incitou a comunidade e outras cidades francesas a seguirem seu exemplo e a se unirem em uma federação. Levantando uma bandeira vermelha no mastro do conselho, o primeiro governo operário e popular da história, rapidamente decretou a separação entre Igreja e Estado, e declarou propriedade nacional todos os bens da Igreja; revogou todos os funcionários do governo; exigiu que os parlamentares não recebessem mais do que o salário de um trabalhador; suprimiu o exército regular e o substituiu pelo povo em armas; cancelou os pagamentos de aluguel e proclamou a igualdade de direitos para as mulheres. A Comuna foi um brilhante exemplo de como o proletariado pode cumprir as tarefas democráticas que a burguesia só pode declamar.

Enquanto isso, o executivo acelerou o ataque contra os rebeldes sob o olhar de aprovação dos prussianos. A resistência da gloriosa Comuna de Paris só podia se quebrar depois de semanas de combates sangrentos, que resultou em uma atroz retaliação e custou milhares de vidas, uma das mais cruéis repressões que

registra a história. Morreram mais pessoas durante a última semana de maio do que em todas as batalhas da Guerra Franco-Prussiana, e mais do que em qualquer massacre anterior da história da França.

Mulheres corajosas participaram ardentemente da Comuna, empunhando as armas, resistindo contra tropas francesas e prussianas, até que a derrota impôs a morte em combate, as deportações e as execuções.

As mulheres, como sempre fizeram em todas as batalhas da história, fizeram uniformes, trataram dos feridos, deram suprimentos aos soldados. Milhares de mulheres costuravam os sacos para construir barricadas. Criaram, igualmente, cooperativas e sindicatos, clubes políticos; participaram exigindo direitos iguais e fizeram suas próprias organizações como o Comitê das Mulheres de Monitoramento, o Clube da Revolução Social e a União das Mulheres para a Defesa do Paris, fundada por membros da Primeira Internacional, influenciada pelo pensamento de Karl Marx.

E também foi na Comuna que, pela primeira vez, cerca de três mil mulheres trabalharam nas fábricas de armas e munições, construíram barricadas e recolheram as armas dos mortos para continuar lutando e formaram um batalhão feminino da Guarda Nacional, composto por 120 mulheres que lutaram nas barricadas de Paris durante a última semana de resistência da Comuna, quando todos morreram em combate.

Eram trabalhadoras, mulheres de bairros pobres, pequenas comerciantes, professoras, prostitutas e “suburbanas”. Estas mulheres organizaram clubes revolucionários, como o Comitê de Vigilância das Cidadãs e a União das Mulheres para a Defesa de Paris, assim como haviam feito antes as mulheres na Revolução Francesa de 1789. Mas, ao contrário das mulheres que participaram da Grande Revolução, desta vez, as que assim quiseram contaram com as armas que os proletários parisienses não as negaram empunhar, como as haviam impedido os revolucionários burgueses.

No início de abril, os jornais publicaram uma chamada na qual as parisienses foram solicitadas a apoiar a luta dos seus maridos e irmãos e também pegar em armas. Tratava-se da chamada de Elizabeth Dimitrieff, representante que a Primeira Internacional enviou a Paris. Dimitrieff incitou a criação de comitês de mulheres em todos os distritos para formar a União das Mulheres para a defesa de Paris. Esta organização reivindicou espaço para reuniões comunitárias e dinheiro para publicar panfletos. A União das Mulheres organizou numerosas assembleias públicas; suas comissões organizavam o fornecimento de alimentos, enviavam ambulâncias e atendiam os feridos.

Quando o governo da Comuna decretou que as oficinas abandonadas deviam se transformar em cooperativas de trabalhadores, a União das Mulheres exigiu a participação das trabalhadoras:

União de Mulheres requer a Comissão de Trabalho e Comércio do município, organizar e distribuir novamente o trabalho das mulheres em Paris, e instruir o Comitê Central ao armamento militar. No entanto, como este trabalho não é suficiente para a massa de trabalhadoras, o comitê central também exige das Associações Produtivas a quantidade de dinheiro necessário para restaurar as fábricas e oficinas que os burgueses deixaram e que abrangem ocupações essencialmente construídas pelas mulheres (Delgado, Chirino y Maturano, 2010).

Em 21 de maio, as tropas comandadas por Versalhes invadiram Paris dando início à Semana Sangrenta. Os testemunhos da época dizem que quando a Comuna caiu, as mulheres, furiosas com o massacre, bateram nos oficiais militares e, em seguida, se atiraram contra as paredes à espera de serem fuziladas. A proprietária de um restaurante foi julgada por ter roubado uma loja de estátuas para igrejas, com o propósito de construir uma barricada. *“Você usou as estátuas dos santos para levantar uma barricada?”*, perguntou o juiz. *“Sim, é verdade. Mas as estátuas eram feitas de pedra e os que morreram eram da carne”*, disse a comunarda⁵.

Data desta época a lenda das incendiárias, embora as investigações difiram em afirmar se os incêndios que ocorreram em várias partes da cidade foram causados por forças contra-revolucionárias ou se foram as mulheres, que resistiram até o último dia nas barricadas, que botaram fogo em Paris. Foram elas que pagaram com a deportação, prisão e sua própria vida, passando para a história como incendiárias. A República se propôs a sufocá-las.

Em Paris, as trabalhadoras e os trabalhadores resistiram ao selvagem e vergonhoso ataque do exército comandado pela burguesia francesa, com quem colaborou o inimigo da Prússia, libertando os prisioneiros de guerra para que eles pudessem se alistar e lutar contra o proletariado francês em armas. Mulheres e homens da burguesia, que fugiram de Paris diante do poder operário que passou a ameaçar seus privilégios de classe, trabalharam como agentes e informantes do governo repressivo.

Finalmente, quando veio a derrota dos comunardos heróicos, as mulheres da burguesia voltaram para suas casas e andaram pelas ruas de Paris com alegria pelo retorno da “ordem”, molhando, como mostraram algumas gravuras da época, as pontas de seus guarda-chuvas no sangue ainda fresco daqueles homens e mulheres que, tragicamente, tornaram-se mártires.

Como não é difícil avaliar, a unidade com as mulheres burguesas era impossível. Nas barricadas, duas classes se confrontavam abertamente e as mulheres

4 Ver: Delgado, Chirino y Maturano (2010).

se alinharam de acordo com seus interesses de classe para os dois lados da linha de fogo.

No século XIX, as contradições que surgiram durante o século anterior são exibidas em todas as suas dimensões. O proletariado faz a sua entrada na história como uma classe distinta que se rebela contra a exploração feroz do capital. Como se evidenciou por estas lutas, incluindo centenas de greves, passeatas, sabotagem e revoltas do movimento operário, a história deste século é o colapso da frente única de burgueses e proletários, que tinham lutado contra o clero e a aristocracia constituindo os estados capitalistas modernos.

A Virgem Vermelha

Entre as mulheres do Clube da Revolução brilha o nome de Louise Michel. Nasceu em 1830, era filha natural de uma empregada doméstica parisiense, mas foi educada e se tornou professora. Em sua formatura, se recusou a jurar lealdade ao Império e foi forçada a fundar uma escola gratuita para poder ensinar. De acordo com suas convicções, apelou pela educação profissional e a criação de orfanatos laicos, que na época era uma inovação difícil de aceitar.

Durante a Comuna de Paris, animou o Clube da Revolução e suas milícias armadas. Após a Semana Sangrenta, Louise Michel apresentou-se aos juízes, pedindo-lhes a morte. Como seus irmãos de classe, reivindicou morrer no Campo de Satory, onde, na noite de 27 de maio, milhares foram massacrados pelas tropas de Versalhes. Manteve uma atitude heróica ante o tribunal, um exemplo de firmeza e convicção revolucionária, rechaçando os advogados designados e apresentando sua defesa pessoalmente. Perante o tribunal que a condenou, disse:

Eu pertenço inteiramente à Revolução Social. Declaro aceitar a responsabilidade por minhas ações. Devo ser excluída da sociedade e digo a vocês para fazerem isso. Uma vez que, aparentemente, todo coração que bate por liberdade tem direito a um pouco de chumbo, exijo minha parte! Se me deixarem viver, não deixarei de clamar por vingança e denunciar, em vingança dos meus irmãos, os assassinos do Comitê das Graças (Michel, 1973).

Acabou deportada e exilada por nove anos na colônia penal de Nova Caledônia, onde ensinou os nativos a pensar em liberdade, acompanhando-os em sua rebelião contra o domínio colonial francês. Quando retornou a Paris, foi punida com seis anos de prisão por liderar uma manifestação de desempregados que acabou com janelas quebradas de padarias e açougues. Na ocasião, carregava uma bandeira negra, que mais tarde foi tomada como um símbolo da luta dos anarquistas.

Retomou sua militância divulgando, em suas palestras, a ideia de libertação por meio da revolução social, contra a pena de morte e a favor da greve geral. Entre 1890 e 1895, viveu em Londres onde escreveu alguns de seus poemas, romances e suas memórias da Comuna. Em Marselha, em 1905, enquanto proferia uma conferência diante de uma audiência operária, morreu. Mais tarde foi chamada de “A Virgem Vermelha”. Uma multidão se juntou ao seu cortejo fúnebre.

Todavia, Louise não era a única mulher que, corajosamente, participou dos dias memoráveis da Comuna de Paris. Podemos também nomear André Léo responsável pela publicação do jornal *La Sociale*; Beatriz Excoffon, Sophie Poirier e Anna Jaclard, da Comissão das Mulheres para Vigilância; Marie-Catherine Rigis-sart, que comandou um batalhão de mulheres; Adelaide Valentin, que chegou ao posto de coronel, e Louise Neckebecker, capitã de companhia; Nathalie Lemel, Aline Jacquier, Marcelle Tinayre, Otavine Tardif e Blanche Lefebvre, fundadoras da União das Mulheres; Josephine Courbois, conhecida como a rainha das barricadas.

Sem voltar atrás

O proletariado, que tinha sido aliado da burguesia contra o absolutismo feudal, tornou-se abertamente um potencial inimigo. A burguesia, intimidada pelo medo que inspira o proletariado em armas, agora é impotente para realizar sua missão histórica. Essa rejeição contra as massas transformou-se em rios de sangue na Comuna de Paris e não havia como voltar atrás.

Neste novo período histórico, como é observado por várias autoras, tanto nas lutas e nas novas formas de organização social, as mulheres trabalhadoras e dos setores populares foram uma vanguarda importante entre as massas. Elas “empurraram para a frente” e foram além da luta enfrentada com outras mulheres que, outrora, haviam sido suas aliadas. O acirramento do antagonismo de classe, à frente da luta das mulheres por seus direitos, as dividiu em duas grandes tendências: enquanto as mulheres que pertencem às classes dominantes continuam a se rebelar contra a desigualdade de direitos formais em relação aos homens da mesma classe, mas apenas raramente em solidariedade com as mulheres das classes mais baixas, as mulheres da classe trabalhadora e dos setores populares, empurram fundamentalmente as lutas de sua classe por direitos e, neste contexto, reivindicam seus direitos como mulheres.

A significativa participação das mulheres na Comuna de Paris revolucionou o movimento operário francês, que abandonou sua marca antifeminista proudhoniana e começou a ter uma atitude mais aberta com as mulheres politicamente ativas da classe trabalhadora.

Diante de cada revolta da classe trabalhadora, em todos os acontecimentos da luta de classes e em todas as partes do mundo, sempre que os explorados enfrentam a opressão, as mulheres ocupam um lugar de vanguarda, como fizeram na Comuna de Paris. É que, tal como dizia o revolucionário Leon Trotsky, os que mais sofrem com o velho são aqueles que lutam com mais fervor pelo novo. Ou, nas palavras da comunarda Louise Michel (1973):

Cuidado com as mulheres quando se sentem enojadas de tudo o que as rodeia e se levantam contra o velho mundo. Nesse dia nascerá o novo mundo.

Bibliografia

- ENGELS, F. (1989). *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*. México: Premiá.
- DELGADO, N., CHIRINO, M. y MATURANO, G. (2010). Las Comuneras de París (Francia, 1871). In: *La Hidra de Mil Cabezas. Historia de los Movimientos Sociales*. Disponível em: <www.lahidrademilcabezas.com.ar>
- MICHEL, Louise (1973). *Mis recuerdos de la Comuna*. México D.F.: Siglo Veintiuno.
- PROUDHON, J. (1995). *La pornocracia o la mujer en nuestros tiempos*. Madrid: Huerga y Fierro Editores.
- THONESSEN, W. (1973). *The Emancipation of Women. The Rise and Decline of the Women's Movement in German Social Democracy 1863-1933*. Londres: Pluto Press.